RETIFICADO -EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025 e apensos
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE-ES, com sede na Rua Pedro Deps, nº 09, Muniz Freire-ES, CEP 29.380-000, através de sua Pregoeira Oficial nomeada pelo Decreto n° 11.573/2026, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 2006 e suas posteriores complementações, que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** do tipo MENOR PREÇO, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO,** estando tudo de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte, para todos os efeitos.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Nova data para Início do recebimento de Propostas de Preços: a partir de: 18 de novembro de 2026, às 08:00h (horário de Brasília).

NOVA DATA PARA Abertura da Sessão de Disputa de Preços (Lances): 02 de dezembro de 2026, às 10:00h (horário de Brasília).

Local da Sessão Pública: https://licitamunes.org.br/

Após conhecimento do texto do Edital e seus Anexos, as cópias dos mesmos poderão ser adquiridas junto à Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Muniz Freire ou *no do portal* **https://licitamunes.org.br/.** No site do município: <http://munizfreire.es.gov.br/site/> ou no endereço de correio eletrônico licitacao@munizfreire.es.gov.br.

CAPÍTULO I

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - RETIFICADO**, conforme especificação detalhada descrita no Anexo do Termo de Referência e os valores constantes na Planilha de Formação de Preços.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

1.2. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **https://licitamunes.org.br/** e

https://munizfreire-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34

https://munizfreire-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=9

1.3. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no portal e as especificações constantes neste Edital e Termo de Referência, prevalecerão as últimas, sobretudo os descritivos dos itens constantes no TERMO DE REFERÊNCIA.**

CAPÍTULO II

2. DO TERMO DE REFERÊNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1. Dotação orçamentária:

Os recursos para atender aos objetos do presente pregão são provenientes da seguinte dotação:

FICHA 529/ 570 – 1599

2.2. Dos Valores Unitários Máximos: o valor unitário máximo será pago conforme valores médios informados no sistema de pregão eletrônico e na Planilha de Formação de Preços. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

2.3. Esclarecimentos e Informações:

Prefeitura Municipal de Muniz Freire-ES, no Setor de Licitação junto à Comissão de Apoio, com sede na Rua Pedro Deps, nº 09, Centro, Muniz Freire-ES, CEP nº 29.380-000, horário de funcionamento das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail licitacao@munizfreire.es.gov.br.

CAPÍTULO III

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas no ramo de atividade pertinente ao desta licitação e que atenderem a todas as exigências constantes neste edital, inclusive quanto a documentação, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no portal https://licitamunes.org.br/.

3.1.1. Os **lotes** são destinados **exclusivamente a participação de MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI),** conforme Art. 48, III da Lei Complementar 147/14, **excetuando-se os lotes 04 e 25**.

3.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

3.2.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.4. O impedimento de que trata o item 3.2.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

3.7. O disposto nos itens 3.2.2 e 3.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. A participação na presente licitação implica a aceitação plena das condições expressas neste Edital e seus Anexos.

CAPÍTULO IV

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema, para obtenção de senha de acesso ao sistema eletrônico de compras.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para o acesso ao pregão eletrônico.

4.3. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

4.4. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio do acesso.

4.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

CAPÍTULO V

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior,

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá realizar a marcação via sistema do aceite das declarações conforme consta:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.15. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

CAPÍTULO VI

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item, em Reais (R$);

6.1.2. Marca e modelo, caso seja aplicável;

6.1.3. Fabricante, caso seja aplicável;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4.1. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante no Portal https://licitamunes.org.br/ e no edital de licitação, prevalecerá a descrição do edital e seus anexos, sobretudo no descritivo constante no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. 0s preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.5.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos orçados pela Administração Municipal, para cada item.

6.5.4. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CAPÍTULO VII

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.5. iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavo).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos três minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinicio da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pela pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Administração;

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

7.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 1º Nas licitações cujo método de julgamento seja menor preço ou maior desconto, permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, realizado automaticamente pelo Portal, cujo resultado será informado pelo Portal via chat a todos os licitantes, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

CAPÍTULO VIII

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e ao edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3 e 5.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. **não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;**

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

8.8.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2.1. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo

sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do material/serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a **apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. Se exigido, no caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Caso seja exigido a entrega de amostra, se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

CAPITULO IX

9. DA HABILITAÇÃO

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

9.1. Encerrada a etapa de lances e o exame da proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, exequibilidade e adequação, a pregoeira verificará a habilitação do licitante arrematante conforme disposições neste edital.

9.2. Os participantes deverão apresentar os documentos de habilitação no prazo de 24h a partir da solicitação, após a fase de lances, com chave de identificação e senha no portal https://licitamunes.org.br/, **anexando os documentos**.

9.2.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo informado no sistema, anexando ao portal, sob pena de inabilitação. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, bem como a convocação da licitante para apresentação de documentos para autenticidade caso necessário.

9.3. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

d) suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

9.4. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.5. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 8 do edital.

9.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.8. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

9.13. A Pregoeira poderá exigir a apresentação dos documentos originais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º e art. 6º, §4º).

9.13.1. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.15.1. Serão aceitos registros de CNN de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.16. Os licitantes deverão encaminhar via sistema os seguintes documentos para fins de habilitação no certame:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual acompanhada da última alteração registrada na Junta Comercial em conformidade com a Certidão; ou

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir; ou

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.

d) Cédula de Identidade de todos o(s) representante(s) legal(ais) da licitante, definido no ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido dentro do corrente ano;

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se aplicável, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

g) Prova de Regularidade da Dívida Ativa da União e Tributos Federais;

h) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual onde for sediada a Empresa;

i) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a Empresa;

j) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

l) Certidões Negativas expedidas pelos Ofícios Distribuidores de Recuperação Judicial do local da sede da empresa, expedida há menos de **30 (trinta) dias** da data designada para a abertura do certame, havendo a possibilidade de apresentação de certidão do juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração Pública;

m) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

n) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

o) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

p) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

q) Certidão simplificada atualizada, expedida pela Junta Comercial, para comprovação da condição de ME/EPP.

r) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, já, exigível e apresentado na forma da lei para aferição da boa situação financeira da empresa, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo atualizá-los por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

r.1) serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) EMPRESAS REGIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 123/2006 E/OU OPTANTES PELO "SIMPLES NACIONAL": por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

b) SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

r.2) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

r.3) A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que as empresas apresentem o resultado maior do que 1 (um) nos índices acima referidos, conforme os resultados da aplicação das fórmulas abaixo:

1. **LG =** Ativo Circulante + realizável em longo prazo / Passivo Circulante + exigível em longo prazo
2. **SG =** Ativo Total / Passivo Circulante + exigível em longo prazo
3. **LC =** Ativo Circulante / Passivo Circulante

r.4) Os Índices deverão ser extraídos dos dados do Balanço Patrimonial apresentado e obrigatoriamente deverão estar assinados por Contador ou profissional equivalente, devidamente inscrito no CRC.

r.5) Caso a licitante apresente resultado **inferior a 1 (um)** nos índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, deverá ser apresentada comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10 (dez) por cento do valor total do objeto licitado.

9.16.1. a Habilitação das empresas que se enquadrarem como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) deverá conter:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido dentro do corrente ano;

b) Prova de Regularidade da Dívida Ativa da União e Tributos Federais;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual onde for sediada a Empresa;

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a Empresa;

e) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

g) Certidões Negativas expedidas pelos Ofícios Distribuidores de Recuperação Judicial do local da sede da empresa, expedida há menos de 30 (trinta) dias da data designada para a abertura do certame;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

h) Declaração da própria empresa de que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo (anexo IV);

i) Declaração da própria empresa de que não existem fatos supervenientes que impeçam a participação no processo licitatório, até a data de abertura do certame, podendo ser utilizado o modelo (anexo IV);

j) Declaração de que recebeu os documentos, tomou conhecimento de todas as informações e das condições desta licitação (anexo IV);

k) DANS SIMEI - DECLARAÇÃO ANUAL PARA O MEI, já exigível à época da abertura do certame;

9.17. Caso a empresa licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar, desde logo, o CNPJ desse estabelecimento para consulta da empresa, que também deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome desse estabelecimento.

9.18. APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL, mesmo que esta apresente alguma restrição (certidões positivas ou vencidas).

9.19. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir integralmente das benesses da Lei complementar n° 123/2006 e atualizações deverão comprovar essa condição por meio de declaração de que não paira sobre o licitante nenhum dos impedimentos previstos no § 4° do art. 3° da Lei complementar n° 123/2006 (modelo anexo 2) e ainda comprovação de que se enquadra nos limites estabelecidos pelos incisos I e II do caput do art. 3° desta mesma lei.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

9.21.É de exclusiva responsabilidade do licitante o acompanhamento das solicitações de envio de anexos e das mensagens constantes no “chat”.

9.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.23. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n° 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.24. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.25. Caso haja atuação em consórcio, as empresas consorciadas devem apresentar:

- **Compromisso público ou particular de constituição do consórcio**, subscrito pelos consorciados;
- **Indicação da empresa líder do consórcio**, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- **Documentos de habilitação técnica e econômico-financeira** de cada consorciado, permitindo o somatório dos quantitativos e valores para fins de qualificação, caso haja exigência no Edital, de comprovação de capacidade técnica.

9.25.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.25.2. A empresa vencedora da licitação, caso tenha participado em **consórcio**, é obrigada a promover a constituição e o registro formal do consórcio antes da

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

assinatura do contrato, conforme estabelece o §3º do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

9.26. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.27. DO CONTRATO

9.27.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data do recebimento do instrumento contratual, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.27.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.27.3. O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital.

9.27.4. Na hipótese de o convocado não assinar o Contrato e nas condições estabelecidas, fica facultando à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro colocado.

CAPÍTULO X

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico licitacao@munizfreire.es.gov.br.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

CAPITULO XI

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1° da LC n° 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento Licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

CAPÍTULO XII

12.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra se previsto no Termo de Referência;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

12.1.9. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.1.9.1. advertência;

12.1.9.2. multa;

12.1.9.3. impedimento de licitar e contratar e

12.1.9.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.2.2. as peculiaridades do caso concreto

12.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3. Multas – Garantido o contraditório e a ampla defesa, poderá ser aplicada multa nos seguintes casos e percentuais:

12.3.1. Por atraso injustificado na entrega ou execução do instrumento contratual, nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de produto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de produto ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente,

em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nas demais alíneas;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3.2. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.27., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CAPITULO XIII

13. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1. O fornecimento dos materiais objeto do certame se dará conforme condições constantes no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020
CAPITULO XIV

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a entrega do objeto licitado, em conformidade com o Edital, e apresentação de Documento Fiscal na Prefeitura Municipal de Muniz Freire-ES e liberação dos recursos conveniados, caso haja.

14.2. A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

14.3. O CNP (constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

CAPÍTULO XV

15. DO REAJUSTAMENTO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.9. Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

15.9.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.9.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados;

15.9.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços contratos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

§1º Eventuais pedidos de repactuação e/ou reequilíbrio deverão ser protocolados, com a devida fundamentação e comprovação, cuja resposta pela Administração se dará em 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, quando for o caso.

CAPÍTULO XVI

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

16. DO FISCAL DO OBJETO RECEBIDO

16.1. Servidores públicos municipais designados por meio de portaria ou indicados no Processo Administrativo, cujo nome constará no INSTRUMENTO CONTRATUAL.

CAPÍTULO XVII

17.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: no e-mail licitacao@munizfreire.es.gov.br, ou *no site* **https://licitamunes.org.br/**

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17.6. A impugnação e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail.

CAPÍTULO XVIII

18.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no portal da transparência.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital e seus anexos.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitacao@munizfreire.es.gov.br.

18.11. AS EMPRESAS LICITANTES SÃO RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DAS COMUNICAÇÕES REALIZADAS VIA CHAT.

CAPÍTULO XIX

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

19. FAZEM PARTE DESTE EDITAL:

- ANEXO I: Modelo de Proposta

- ANEXO II: Declaração de Atendimento as Exigências Habilitatórias

- ANEXO III: Modelo de Declarações

- ANEXO IV: Minuta da ARP

- ANEXO V: Planilha de Formação de Preço

- ANEXO VI: Termo de Referência Retificado

Muniz Freire/ES, 16 de novembro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
REGIANE DE FATIMA CASTRO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

REGIANE DE FATIMA CASTRO

Pregoeira Municipal

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

ANEXO I

MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000XXX/202X

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Objeto: _____), conforme especificação detalhada descrita na planilha constante nesta proposta:

1. Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/06, todas com suas alterações, e as cláusulas e condições constantes deste Edital.
2. Propomos à Prefeitura Municipal de Muniz Freire/ES o fornecimento do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Pregão e asseverando que:
a) observaremos, integralmente, todas as normas e legislações, vigentes, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material/serviço objeto desta licitação; e
b) em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá o de menor valor.
3. A entrega se dará em conformidade com o solicitado e indicado na Ordem de Fornecimento, em sua totalidade, no prazo máximo indicado no Edital e Termo de Referência.
4. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias contados da abertura do certame.
5. Cotamos como preço para o fornecimento do objeto desta licitação os valores constantes na planilha abaixo:
TOTAL MÁXIMO DA PROPOSTA: R$0,00 (POR EXTENSO)

Município/UF, ____ de _____de _____.

_____

(assinatura do representante legal da licitante)

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000xxxx/202x

A **NOME DA EMPRESA**, com sede no **ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA**, inscrita no CNPJ ou CIC sob o n° ____, DECLARA, sob as penas da Lei que:

( ) Em cumprimento ao disposto no art. 63, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n° 000XXX/202x.

( ) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

( ) Recebemos os documentos, tomamos conhecimento de todas as informações e das condições desta licitação, possuindo plena consciência do que disciplina o edital e anexos referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000xxx/202x.

( ) Para fins de recebimento de tratamento favorecido e diferenciado no referido Processo Licitatório, que se enquadra como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPEENDEDOR INDIVIDUAL, e que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

ASSINALAR COM X AS DECLARAÇÕES NAS QUAIS SE ENQUADRA A EMPRESA.

Município/UF, ____ de _____ de _____ .

_____

Representante legal da empresa

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000xxx/2025

A **NOME DA EMPRESA**, sediada no **ENDEREÇO COMPLETO**, inscrita no CNPJ ou CIC sob o n° _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

( ) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

( ) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

( ) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

( ) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

ASSINALAR COM X AS DECLARAÇÕES NAS QUAIS SE ENQUADRA A EMPRESA.

Município/UF, ____ de _____ de _____ .

_____

Representante legal da empresa

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020
ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO 00xx/202x
MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO FIRMADO NA SEDE DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE-ES**, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE-ES E DE OUTRO LADO A EMPRESA <TERMO_CONTRATO_FORNECEDOR_NOME>

O **MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE-ES**, com sede à Rua Pedro Deps, nº 09, Centro, Muniz Freire (ES), CNJP sob nº 27.165.687/0001-71, representado pelo Senhor Exmº Sr. Gesi Antonio da Silva Junior ,Prefeito Municipal, brasileiro, portador do CPF nº , residente em Muniz Freire (ES), CEP 29.380-000, neste ato denominada simplesmente CONTRATANTE, com interveniência da Secretaria Municipal de xxx, Sr. <TERMO_CONTRATO_SIGANATARIO_GESTOR_NOME>, e do outro lado a empresa <TERMO_CONTRATO_FORNECEDOR_NOME>, neste ato denominada simplesmente CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº<TERMO_CONTRATO_FORNECEDOR_CPF_CNPJ>, com sede à<TERMO_CONTRATO_FORNECEDOR_ENDERECO>, representada pelo(a) <TERMO_CONTRATO_REPRESENTANTE_NOME>, tendo em vista julgamento referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00000x/202x**, devidamente homologada pelo Sr. Prefeito Municipal, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, que regerá pelas Cláusulas e condições seguintes:

OBJETO:

Cláusula Primeira – XXX xxxx.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.2. O Termo de Referência;

1.1.3. O Edital de licitação;

1.1.4. A proposta do contratado;

1.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO

Os recursos para atender aos objetos do presente Contrato são provenientes da seguinte dotação:
<TERMO_CONTRATO_DOTACOES_ORCAMENTARIAS_FICHA_FONTE>

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - Pelo fornecimento do objeto Contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R$ <TERMO_CONTRATO_VALOR> (<TERMO_CONTRATO_VALOR_EXTENSO>.

3.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante comprovação da entrega do objeto licitado em conformidade com o Edital e apresentação de Documento Fiscal no Setor de Compras desta Prefeitura.

3.3 – DO REAJUSTE

3.3.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

3.3.2 – Após o interregno de um ano e, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.3.3 – Ultrapassado 60 (sessenta) dias após o período de doze meses, sem o devido requerimento da empresa, tal direito será considerado precluso, não sendo possível sua concessão retroativa.

3.3.4 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.3.5 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.3.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.3.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VALIDADE

4.1 - A vigência do presente Contrato será a partir da assinatura com término em <TERMO_CONTRATO_DATA_VIGENCIA_FINAL>(<TERMO_CONTRATO_DATA_VIGENCIA_FINAL_EXTENSO>), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.2 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração permitida e negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

A **CONTRATANTE** pode aplicar à CONTRATADA multa moratória, compensatória ou por inexecução contratual.

Parágrafo 1º - O contratado não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizada pela CONTRATANTE, em decorrência de

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

impedimentos efetivamente verificados sem culpa da CONTRATADA de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal.

Parágrafo 2º - A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados para compromissos assumidos, tais como na entrega de materiais e relatórios ou informações ou na conclusão de etapas ou da totalidade dos serviços contratados.

Parágrafo 3º - A multa moratória será de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia consecutivo de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, ou da fatura correspondente à etapa em que tiver ocorrido o atraso.

Parágrafo 4º - A multa por inexecução contratual pode ser aplicada no percentual de 5% (cinco por cento) pela rescisão do CONTRATO por culpa do contratado, sendo calculada sobre o valor global do CONTRATO, qualquer que seja ele.

5.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

5.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

5.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

5.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Compete à Contratada:

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

c) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
e) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
f) Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os equipamentos nos quais se verificarem vícios ou defeitos;
g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
i) Promover o transporte e a entrega do item/prestar os serviços conforme Termo de Referência.
j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de xx (xx) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na entrega do equipamento.
k) Conduzir a entrega com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
m) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
n) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
q) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
r) Manter todas as condições estabelecidas no edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 000xx/202x** e seus anexos.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

s) Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas da contratante, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus registros contábeis.
t) Responsabilizar-se pelo transporte (de acordo as normas vigentes) do equipamento e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravio e danos acidentais no trajeto.

Compete à Contratante:

a) efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;
b) designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
c) notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato.
d) Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.
e) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
f) A Administração terá um prazo de 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
g) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico – financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO

7.1 - A CONTRATADA não poderá ceder ou subcontratar o fornecimento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

8.1 – O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.
8.2 – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
8.3 – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e ampla defesa.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

8.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

8.3.2 – A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade de concluir o contrato.

8.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado apostilamento para alteração subjetiva.

8.4 – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

8.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.4.3 – Indenizações e multas, quando houver.

8.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei 14.133/2021).

8.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

9.2 – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante a celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133/2021).

9.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIMENTO

10.1 - O presente contrato está fundamentado de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 - O presente contrato está vinculado ao instrumento convocatório referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº _____.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FISCAL DO CONTRATO

11.1 - Fica, por indicação do secretário da pasta, nomeado fiscal deste contrato, servidor(a) público(a) municipal, conforme segue abaixo:

a) xxxxxxxxxxxxxxxxx, matricula nº xxxx.

11.2 - São responsabilidades do Fiscal do presente CONTRATO:

a) zelar pelo fiel cumprimento do **contrato**, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

b) avaliar, a qualidade dos equipamentos entregues pela CONTRATADA, durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

c) atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas ao objeto contratado, antes do encaminhamento ao GFS para pagamento.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1. O item deverá ser entregue em conformidade com a Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras desta Prefeitura, em até _____ dias após o recebimento da mesma.

12.2. O local da entrega será conforme Termo de Referência, anexo ao presente edital.

12.4. A empresa licitante vencedora ficará obrigada a substituir, às suas expensas, os equipamentos que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação. Estando o objeto apresentado em desconformidade com o que fora cotado no ato da sessão de julgamento e habilitação, a empresa será penalizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no PNCP na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet,

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei 14.133/2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Fica eleito o Foro da Cidade de Muniz Freire-ES, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

Muniz Freire-ES, <TERMO_CONTRATO_DATA_ASSINATURA>.

MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE-ES
GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR
CONTRATANTE

<TERMO_CONTRATO_FORNECEDOR_NOME>
<TERMO_CONTRATO_REPRESENTANTE_NOME>
CONTRATADA

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

TERMO DE REFERÊNCIA - RETIFICADO

1. APRESENTAÇÃO:

1.1. Este termo tem por objetivo:

1.2. Caracterizar o objeto a ser contratado;

1.3. Estabelecer os critérios de contratação, execução, pagamento e demais condições a serem observadas durante a vigência da contratação.

2. DOS ÓRGÃOS REQUERENTES:

2.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3. DO OBJETO:

3.1. A presente contratacdo tem por objeto a aquisicdo de eletrodomésticos destinados a atender as necessidades das escolas da rede municipal de educagao, visando à melhoria da infraestrutura escolar e ao atendimento as demandas operacionais e de alimentagéo escolar.

4. DA JUSTIFICATIVA:

4.1. A presente contratação visa garantir condições estruturais que favoreçam o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas, oferecendo suporte à equipe escolar e melhores condições de permanência dos alunos na escola.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As despesas inerentes a este Termo de Referência correrão à conta de dotações orçamentárias das secretarias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PROGRAMA DE ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL 1 - Conta: 3414983 — 1 2- Conta: 374525 -6

6. DO VALOR ESTIMADO:

6.1. Conforme Planilha de Formação de Preços.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer de acordo com a necessidade da administração podendo ocorrer 01 (um) por vez e deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

7.2. LOCAL DE ENTREGA: Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal localizado na Rua Projetada, s/n, Bairro Santa Cecília, Muniz Freire – ES, CEP 29380-000, sendo responsável pelo recebimento: Jean Fabio Emiliano, matrícula nº 1603, no horário das 07h às 13h.

7.3. Todas as despesas inerentes a execução do objeto ficarão a cargo da CONTRATADA.

7.4. Na hipótese do não cumprimento do estabelecido no item 7.1, a contratada poderá solicitar, formalmente, a prorrogação do prazo à Contratante.

7.5. A CONTRATADA deverá transportar os equipamentos para entrega em caminhão fechado, com todos os cuidados necessários referente à embalagem, transporte e entrega dos mesmos.

7.6. O acompanhamento e a fiscalização dos equipamentos, serão realizados pelo fiscal designado, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.

7.7. O responsável atestará no documento fiscal correspondente, a entrega dos equipamentos nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à fornecedora contratada. O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida.

7.8. Os equipamentos deverão ser novos e entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da contratada, no local indicado, podendo ser recusado o recebimento se o objeto for entregue em desconformidade com esta previsão.

8. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme legislação vigente.

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta.

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos.

9.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente pregão.

9.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.6. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão.

9.7. Responsabilizar-se pelo transporte (de acordo com as normas vigentes) dos produtos de seu estabelecimento, e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto.

9.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na aquisição.

9.9. A empresa vencedora do certame será responsável pela entrega do produto.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber provisoriamente os equipamentos, disponibilizando local, data e horário.

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

10.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

10.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após o recebimento do documento fiscal, mediante o atesto firmado pelo responsável pelo acompanhamento na execução do contrato e CND's vigentes.

11. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Não serão aceitos produtos em desacordo com o objeto licitado;

12.2. A aquisição será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado.

12.3. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na aquisição.

12.4. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que estiverem em desacordo com o Edital e seus Anexos.

12.5. Para acompanhamento e fiscalização dos contratos ficam desde já designados os servidores abaixo identificados:

12.5.1. Secretaria Municipal de Educação: Fiscal Titular: Elói Bruno Timoteo/ Suplente: Glaubia Lucia Loredo de Souza.

12.6. Caberá ao fiscal do contrato notificar a Contratada quando constatada alguma irregularidade quanto ao produto recebido, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos observados.

12.7. O fiscal do contrato é o responsável pelo ateste das notas fiscais originadas em decorrência da aquisição.

13. DO PAGAMENTO

13.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao Fiscal do Contrato ou do responsável pelo recebimento do Bem ou Serviço, quando Ordem de Serviço ou Fornecimento Direta, que deverá receber o Bem ou Serviços nas condições aqui estabelecidas. Junto ao atesto será aposta a data e as ressalvas se houver.

13.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da abertura do Processo de Pedido de Pagamento, ficando condicionado ao repasse de recursos conveniados, caso haja.

13.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

13.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

13.5. A CONTRATADA, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004 (substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB n° 791, de 10 de dezembro de 2007). Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

13.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem acima que recomeçará a ser contado integralmente a partir de sua reapresentação.

13.7. A atualização financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no CONTRATO para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

13.8. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I

Onde: EM = Encargos moratórios; / N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; / VP = Valor da parcela a ser paga; / I = Índice de compensação financeira, assim apurada: I = (TX/100) /365 TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

14. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

( ) Dispensa

( ) Inexigibilidade

(X) Pregão

( ) Concorrência ( ) Menor Preço ou ( )Técnica e Preço

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A Contratada que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantido o contraditório e a ampla defesa, está sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação;

d) declaração de inidoneidade;

e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

15.1.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. – Advertência – nos casos de:

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

a) descumprimento da obrigação no âmbito do procedimento licitatório;

b) descumprimento de obrigação em fase de execução contratual.

16.2. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

16.2.1. Será imposta ao fornecedor, pela autoridade competente, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de produto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de produto ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” deste item;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

15.2.2. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

15.3. Suspensão temporária de participação em licitação:

15.3.1. Sanção imposta ao fornecedor, impedindo-o temporariamente de participar de licitações e de contratar com Administração, pelo prazo que esta fixar e será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite de 02 (dois) anos.

15.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração:

15.4.1. Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto,

não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

15.5. Declaração de inidoneidade:

15.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no Item 16.4.1.

15.5.2. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

15.6. As multas previstas no Item 16.2 serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

15.7. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.8. As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo Município de Muniz Freire após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

15.9. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

15.10. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

15.11. A aplicação de três advertências, seguidas de justificativas não aceitas, é causa de rescisão contratual, ficando a cargo de a Administração decidir sobre a oportunidade e conveniência de rescindir.

15.12. Na hipótese da aplicação de multa, em havendo garantia prestada, o valor será descontado desta.

15.13. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a licitante ou contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento, ao qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.14. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de produto/serviços, sedia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.

15.15. Ocorrendo atraso injustificado na entrega do produto/serviço licitado, a autorização de fornecimento ou contrato poderá ser cancelada ou rescindida, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplica da multa de acordo com a modalidade.

15.16. Independentemente das sanções administrativas cabíveis, a licitante ou contratada ficará, ainda, sujeita à responsabilização pelo pagamento das perdas e danos causados à Administração Municipal ou a terceiros.

SOLANGE SOUSA DE ASSIS PAULA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 11.059/2025

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	FOGAO 6 BOCAS COM FORNO, COR – PRETO, TIPO DE GÁS – GLP, TIPO DE MONTAGEM - DE CHÃO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS QUEIMADORES – A, ESPECIFICAÇÕES GERAIS, TIPO DE ALIMENTAÇÃO, GÁS, TIPO DE IGNIÇÃO - MANUAL	4
02	KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO KIT WIRELESS COMBO TECLADO E MOUSE SEM FIO COM DESIGN COMPACTO CONEXÃO USB PILHAS INCLUSAS E LAYOUT ABNT2 / MOUSE SEM FIO / TECLADO SEM FIO / ABNT2	50
03	MICROONDAS - COR - BRANCO -ESPECIFICAÇOES - CAPACIDADE EM VOLUME 30 L EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – A COM LUZ INTERIOR - SIM QUANTIDADE MÍNIMA DE PROGRAMAS – 16 COM TRAVA DE SEGURANÇA PARA CRIANÇAS FREQUÊNCIA ELÉTRICA MÍNIMA - 60 HZ ACESSÓRIOS INCLUÍDOS – MANUAL, COM PRATO GIRATÓRIO COM TEMPORIZADOR E TELA DIGITAL POTÊNCIA MÍNIMA - 800 W NÍVEIS DE POTÊNCIA – MÍNIMO 10	9
04	AR CONDICIONADO - COR: BRANCO - VOLTAGEM: 127V OU 220V, TECNOLOGIA INVERTER.TEMPORIZADOR FUNÇÃO DORMIR. COM WI-FI E CONTROLE REMOTO. CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 18000 BTU. CAPACIDADE DE AQUECIMENTO DE 18000 BTU (SEM INSTALAÇÃO)	9
05	BATEDEIRA - COR:PRETO - VOLTAGEM: 127V FREQUENCIA MÍNIMA: 60HZ. MÍNIMO 10 VELOCIDADES. ÂNGULO 1, TIGELA DE AÇO INOXIDÁVEL MÍNIMO DE 5 L, BATEDORES DE METAL. ACESSÓRIOS INCLUÍDOS: BATEDOR GLOBO. POTÊNCIA MIN DE 1 KW.	9
06	BEBEDOURO - CARACTERISTICAS: EFICIENCIA EM REDUÇAO DE CLORO LIVRE ENCONTRADO NA AGUA RETENÇÃO DE PARTÍCULAS (> = 5 A < 15 µM) REDUÇÃO DE CLORO LIVRE > = 75% BIVOLT OU (127V). BEBEDOURO INOX COM FILTRO INCLUSO MINIMO 7 NÍVEIS DE REGULAGEM DE TEMPERATURA RESERVATÓRIO INTERNO É FABRICADO EM POLIPROPILENO	8

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

	(ATÓXICO) MOTOR 1/8 OU SUPERIOR, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA GÁS ECOLÓGICO CONTEÚDO: BEBEDOURO INDUSTRIAL INOX CAPACIDADE MÍNIMA 100 LITROS	
07	CAMERAS DE SEGURANÇA ESPECIFICAÇOES MINIMAS: SENSOR 1/2.9" MEGAPIXEL, PIXELS EFETIVOS 1920 (H) X 1080 (V) RESOLUÇÃO REAL FULL HD (1080P) LENTE 4 MM ÂNGULO DE VISÃO 105° (DIAGONAL), 86° (HORIZONTAL) E 45° (VERTICAL) ZOOM DIGITAL 16X ALCANCE IR 20 M ALCANCE DO FEIXE DE LUZ DO HOLOFOTE 23 M IR INTELIGENTE IMAGENS COLORIDAS DURANTE A NOITE COMPRIMENTO DE ONDA LED IR 0,85 µM SENSIBILIDADE 0 LUX (IR LIGADO) ÍRIS ELETRÔNICA DAY & NIGHT AUTOMÁTICO E P&B TROCA AUTOMÁTICA DO FILTRO (ICR) SIM CONTROLE AUTOMÁTICO DE GANHO (AGC) AJUSTÁVEL COMPENSAÇÃO DE LUZ DE FUNDO (BLC) SIM (AUTOMÁTICO) HIGH LIGHT COMPENSATION (HLC) SIM WIDE DYNAMIC RANGE (WDR) SIM (AUTOMÁTICO) BALANÇO DE BRANCO AUTOMÁTICO DETECÇÃO DE MOVIMENTO AJUSTÁVEL DETECÇÃO DE PESSOAS AJUSTÁVEL REDUÇÃO DIGITAL DE RUÍDO (DNR) 3D – AUTOMÁTICO ALCANCE DE ROTAÇÃO HORIZONTAL 0° A 355° ALCANCE DE ROTAÇÃO VERTICAL 0° A -90° CONECTOR DE ALIMENTAÇÃO P4 FÊMEA FONTE DE ALIMENTAÇÃO 12 V CONSUMO MÁXIMO DE CORRENTE 520 MA CONSUMO DE ENERGIA < 6,2 W PROTEÇÃO ANTISSURTO 15 KV MODO DIEFENCIAL / 15 KV MODO COMUM PESO 565 G COR CASE BRANCO TIPO CASE / MATERIAL DOME / PLÁSTICO GRAU DE PROTEÇÃO IP66 LOCAL DE INSTALAÇÃO INTERNO E EXTERNO TEMPERATURA DE OPERAÇÃO -20 °C A 50 °C UMIDADE RELATIVA DE OPERAÇÃO 95% OU MENOS (SEM CONDENSAÇÃO) REDE CABEADA SIM - RJ45 FÊMEA PADRÕES WI-FI IEEE802.11B/G/N FREQUÊNCIA WI-FI 2,4 GHZ ~ 2,4835 GHZ LARGURA DE BANDA 20 / 40 MHZ SEGURANÇA 64/128 BIT WEP, WPA/WPA2, WPA-PSK/ WPA2-PSK POTÊNCIA DE TRANSMISSÃO B: 17 DBM, G :15 DBM, N :15 DBM TAXA DE TRANSMISSÃO 11B: 11 MBPS,11G: 54 MBPS,11N: 150 MBPS GANHO DA ANTENA 1,79 DBI FRAME RATE ADAPTÁVEL (MÁXIMO DE 20 FPS) COMPRESSÃO DE VÍDEO H.264 TAXA DE BITS PARA VÍDEO ADAPTÁVEL ÁUDIO SIM COMPRESSÃO DE ÁUDIO AAC MICROFONE SIM TAXA DE BITS PARA ÁUDIO ADAPTÁVEL MÉTODO DE CONFIGURAÇÃO MODO AP / CABO DE REDE GRAVAÇÃO EM NUVEM PROTOCOLOS IPV4, RTSP, RTMP, ONVIF, 127V OU BIVOLT (SEM INSTALAÇÃO)	50
8	DESKTOP ESPECIFICAÇOES MINIMAS: PROCESSADOR MINIMO INTEL CORE I5 (OITAVA - GERAÇÃO) 2.10GHZ MEMORIA: 16GB DDR4 (SUPORTE ATÉ 32GB)	16

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

	HD: 1TB SSD CONEXÕES: 1X DISPLAY PORT1X HDMI 1X MICROFONE 1X FONE DE OUVIDO OU CAIXA DE SOM PLACA GRÁFICA INTEL INTEGRADA REDE LOCAL ETHERNET INTEL 10/100/1000 MBPS NA PLACA DE SISTEMA USB 3.0: 1 (FRONTAIS) USB 3.0: 4 (TRASEIRAS) ENERGIA: FONTE EXTERNA BIVOLT 110V 220V SERÃO ACEITOS ITENS COM AS CARACTERÍSTICAS DESCRITAS OU SUPERIOR 127 OU BIVOLT	
9	FORNO INDUSTRIAL REFRATARIO TIPO DE GÁS - GLP TIPOS DE FORNO - A GÁS, MIN 77L TIPO DE MONTAGEM - DE BANCADA 127V OU BIVOLT	8
10	FRAGMENTADORA DE PAPEL CAPACIDADE MÍNIMA 18 FOLHAS, COM DEPÓSITO DE RESÍDUOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS. TIPO DE CORTE MICRO-CORTE PARA MAIOR SEGURANÇA. VOLTAGEM – 127 V	10
11	FREEZER - HORIZONTAL - ESPECIFICAÇOES TECNICAS: DEGELO MANUAL, COR PRINCIPAL (VISÃO FRONTAL) BRANCO NÚMERO DE PORTAS: 2 CAPACIDADE LÍQUIDA MÍNIMA: 414 LITROS CAPACIDADE BRUTA MÍNIMA: 534 LITROS PAINEL DE CONTROLE EXTERNO CONTROLE DE TEMPERATURA PAINEL DE CONTROLE: EXTERNO TIPO DE DISPLAY: LED COM CONTROLE DE TEMPERATURA	8
12	FREEZER - VERTICAL - CAPACIDADE MÍNIMA EM VOLUME: 231 L COM CONGELAMENTO RÁPIDO, COM RODAS FUNÇÕES: CONGELAR COM CONTROLE DE TEMPERATURA DEGELO: MANUAL MATERIAL DAS GAVETAS: PLÁSTICO CONTROLE DE TEMPERATURA: EXTERNO TEMPERATURA: MÍNIMO 3 NÍVEIS PORTA REVERSÍVEL: SIM CESTO: MÍNIMO 4 CESTO: ARAMADOS, DESLIZANTES E COM TRAVA DE SEGURANÇA GAVETÃO: DE ACRÍLICO TRANSPARENTE PÉS: AJUSTÁVEIS CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A+ FREQUÊNCIA MÍNIMA: 60 HZ CORRENTE 110V: 2,0A FUNÇÃO TURBO COMPARTIMENTO DE CONGELAMENTO RÁPIDO COMPARTIMENTO COM MENOR TEMPERATURA	5
13	GELADEIRA - TIPO DE DEGELO - FROST FREE - QUANTIDADE DE	8

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

	PORTAS - 2 CAPACIDADE TOTAL MÍNIMA - 451 L COM CONGELADOR TEMPERATURA- COM CONTROLE DE TEMPERATURA DA GELADEIRA COM CONTROLE DE TEMPERATURA DO FREEZER QUANTIDADE DE NÍVEIS DE TEMPERATURA - MÍNIMO 5 CARACTERÍSTICAS DA GELADEIRA COM LUZ INTERIOR, CAPACIDADE DA GELADEIRA EM VOLUME- MÍNIMO 353 L QUANTIDADE DE PRATELEIRAS DA GELADEIRA – MÍNIMO 3 MATERIAL DAS PRATELEIRAS DA GELADEIRA - ACRÍLICO COM SISTEMA DE GÁS, PAINEL DE CONTROLE DIGITAL E TELA TÁTIL COM ALARME DE PORTA ABERTA COM FREEZER CAPACIDADE DO FREEZER EM VOLUME MÍNIMO 98 L QUANTIDADE DE PRATELEIRAS DO FREEZER - MÍNIMO 2 QUANTIDADE DE GAVETAS DO FREEZER 1 MATERIAL DAS PRATELEIRAS DO FREEZER - ACRÍLICO	
14	ITEM: KIT DE CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS DE 15 POLEGADAS, COM TRIPÉ E MICROFONE Aquisição de kit de sonorização composto por caixas de som amplificadas, com alto-falantes de 15 polegadas, potência de saída de, no mínimo, 1.000 W RMS por caixa, ou desempenho equivalente ou superior, acompanhado de tripé compatível e microfone. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:Alto-falante: transdutor de graves (woofer) de 15 polegadas, com sistema de reprodução de áudio de alta performance e resposta adequada de graves, médios e agudos; Amplificação: sistema amplificado, com amplificação classe D, classe AB ou tecnologia equivalente ou superior; Conectividade: conexão Bluetooth, com possibilidade de transmissão de áudio sem fio e, quando disponível, pareamento entre caixas compatíveis; Entradas de áudio: no mínimo, três opções ou canais de entrada independentes, contemplando conexões para microfone, instrumento ou linha, com entradas balanceadas ou não balanceadas compatíveis com os respectivos sinais, incluindo conexões do tipo XLR, P10 ou equivalentes; Saída de áudio: saída de linha para conexão com outro equipamento de sonorização, mesa de som ou caixa amplificada, por conexão XLR, P10 ou equivalente; Reprodução de arquivos: reprodutor de áudio integrado, com suporte a dispositivos de armazenamento removível, como pen drive ou cartão de memória, ou solução equivalente; Processamento de áudio: possuir recursos de equalização, processamento digital de sinal (DSP) ou tecnologia equivalente, com modos de operação ou ajustes destinados a diferentes aplicações de sonorização; Proteção: possuir sistemas de proteção contra sobrecarga, superaquecimento e picos de sinal, ou recursos de proteção equivalentes; Resposta de frequência: faixa de resposta compatível com a reprodução de áudio em aplicações de sonorização, com cobertura mínima aproximada de 40 Hz a 20 kHz,	6

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

	admitidas variações decorrentes dos métodos de medição do fabricante; Pressão sonora: nível máximo de pressão sonora de, no mínimo, 125 dB SPL, ou desempenho equivalente ou superior; Gabinete: construído em material resistente, adequado ao transporte e à utilização em ambientes internos e externos, com alças ou dispositivos que facilitem a movimentação; Instalação: possuir encaixe compatível com tripé de sonorização, preferencialmente com padrão de 35 mm, ou sistema equivalente que assegure estabilidade e segurança; Alimentação elétrica: bivolt automático ou compatível com a tensão elétrica disponível no local de utilização, em 110/127 V ou 110 V; Microfone: acompanhar, no mínimo, um microfone compatível com o sistema, com ou sem fio, acompanhado dos acessórios necessários ao funcionamento; Tripé: acompanhar tripé compatível com a caixa de som, com estrutura resistente, regulagem de altura e sistema de fixação que garanta estabilidade e segurança. O kit deverá ser entregue completo, com os acessórios e cabos necessários ao funcionamento, quando aplicáveis, acompanhado de manual de instruções em português ou em formato digital acessível. Todos os componentes deverão ser novos, sem uso anterior, e possuir compatibilidade entre si, garantindo o funcionamento adequado do conjunto.	
15	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL - 127V LIQUIDIFICADOR ALTA ROTAÇÃO MÍNMO 4 LITROS; COR PREDOMINANTE: PRETO/PRATA; MATERIAL: INOX E MATERIAL PLÁSTICO; FUNÇÃO: LIQUIDIFICAR; VELOCIDADES: MÍNIMO 1 VELOCIDADE; BOTÃO PULSAR; POTÊNCIA MIN: 800 W; ROTAÇÃO MIN: 22000 RPM; FREQUÊNCIA MÍNIMA : 60HZ; ALIMENTAÇÃO MONOVOLT 127V OU BIVOLT CLASSE F; GARANTIA: 120 DIAS; ITENS INCLUSOS NA EMBALAGEM LIQUIDIFICADOR (BASE + COPO), TAMPA, MANUAL DE INSTRUÇÕES E JOGO DE PÉS DE PVC.	8
16	MAQUINA DE LAVAR ROUPA, ABERTURA SUPERIOR. DIMENSÕES MÍNIMAS: 57.5CM DE LARGURA X 97CM DE ALTURA X 61.5CM DE PROFUNDIDADE. POTÊNCIA MÍNIMA: 580 WATTS, LAVADORA COM CESTO INOX	4
17	MICROFONE PROFISSIONAL SEM FIO DUPLO microfones profissionais sem fio, composto por dois microfones de mão e respectivo receptor, destinado à captação e reprodução de voz em atividades institucionais, reuniões, eventos, palestras e demais utilizações que demandem sonorização. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características: Configuração: sistema sem fio duplo, permitindo a utilização simultânea de dois microfones; Microfones: dois microfones de mão (handheld), com construção resistente e adequados ao uso profissional;	15

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

	Captação de áudio: padrão polar cardioide, unidirecional ou tecnologia equivalente que favoreça a captação da voz e reduza a captação de sons provenientes de outras direções; Transmissão sem fio: sistema de transmissão por radiofrequência ou tecnologia equivalente, com alcance adequado à utilização em ambientes institucionais e eventos; Canais de operação: permitir a operação simultânea dos dois microfones, com canais ou frequências independentes e recursos de seleção ou sincronização que reduzam interferências; Seleção de frequências: possuir recursos para seleção automática ou manual de canais ou frequências de operação, com o objetivo de minimizar interferências durante o uso; Receptor: acompanhar receptor compatível com os dois microfones, com saídas de áudio que permitam a conexão a caixas de som amplificadas, mesas de som ou outros equipamentos de sonorização; Conexões: possuir conexões de saída de áudio compatíveis com equipamentos de sonorização convencionais, podendo incluir XLR, P10 ou outras interfaces equivalentes. Caso possua conexão USB, esta poderá ser utilizada como recurso adicional; Alimentação: funcionamento por baterias ou pilhas substituíveis ou recarregáveis, conforme a tecnologia do equipamento, com alimentação necessária ao funcionamento dos microfones e do receptor; Acessórios: acompanhar as baterias, pilhas ou dispositivos de alimentação necessários ao funcionamento inicial, bem como cabos, fonte de alimentação do receptor e demais acessórios indispensáveis à utilização do conjunto, quando aplicáveis; Compatibilidade: apresentar compatibilidade com sistemas de sonorização convencionais, permitindo a reprodução de áudio com qualidade adequada para voz falada e apresentações; Condição do produto: equipamento novo, sem uso anterior, acompanhado de manual de instruções em português ou em formato digital acessível. O conjunto deverá ser entregue completo, com todos os componentes necessários ao funcionamento simultâneo dos dois microfones, observadas as especificações mínimas estabelecidas neste descritivo.	
18	MINI PROJETOR HY300 WOOSH COM DESCRIÇOES MINIMAS: BRANCO ANDROID M ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: SISTEMA E PROCESSAMENTO: ANDROID 11, CPU ALLWINNER H713, GPU MALI-G31 RESOLUÇÃO SUPORTADA: NATIVO 1280*720P (SUPORTA DECODIFICAÇÃO DE VÍDEO 4K E FULLHD 1080P) CONEXÕES: 1 ENTRADA HDMI, 1 ENTRADA USB, WI-FI 6 DUAL-BAND, BLUETOOTH 5.0 PROJEÇÃO FLEXÍVEL: ÂNGULO DE PROJEÇÃO DE 180°, TELA DE ATÉ 130 DURABILIDADE E PORTABILIDADE: VIDA ÚTIL DO BULBO DE 50000 HORAS, LEVE E PORTÁTIL CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1PROJETOR HY30 COM ANDROID 11 ATUALIZADO 1 CONTROLE REMOTO 1 CABO DE ENERGIA PADRÃO NBR 90° 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES	50

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

19	MULTI PROCESSADOR DE ALIMENTOS INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MÍNIMO 6 LITROS EM INOX 600W 127V PARA PROCESSAR, MOER E TRITURAR INGREDIENTES. VOLTAGEM: 110 V FREQUÊNCIA MIN: 60 HZ POTÊNCIA NOMINAL MIN: 600 W ROTAÇÃO MIN 1700 RPM VOLUME DA CUBA MIN 6 LITROS GARANTIA: 6 MESES	4
20	NOTEBOOK EDUCACIONAL COM ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: Notebook Educacional, modelo alfanumérico ; Cor Preto; Taxa de atualização da tela 60Hz; Tela LED FullHD; Tela Antirreflexo; Tamanho Tela 15,6 FHD IPS de 300 nits; Relação de aspecto 16:9; Painel IPS; Com Webcam; Resolução da imagem da webcam 720Mpx;Com Microfone; Modos de som estéreo; Idioma do teclado em Português; Largura 35,9 cm, Profundidade 24,15 cm; Capacidade de disco SSD MIN 256 GB; Interface do SSD M.2 NVMe; Capacidade total do módulo de memória RAM 8GB; Velocidade da memória RAM 3,2 GHz; Tipo de memória RAM DDR4SoDIMM; Capacidade da memória RAM 64GB; Placa gráfica AMD Radeon Graphics; Marca do processador AMD OU SIMILAR; Velocidade máxima do processador 4,3 GHz; Velocidade mínima do processador 1,8 GHz; Quantidade de núcleos 8; Nome do sistema operacional Linux; Saída para fones de ouvido; Leitor de cartão de memória; HDMI; Conexão Bluetooth e Wi-Fi; Duração máxima da bateria 8h; Bateria de Polímero de Lítio; Conectividade 1 USB 3.0, 1 3.2-c, 1 USB 2.0, 1 USB 3.2, HDMI, 1 USB-C; Capacidade da bateria 4,83 Ah; SERÃO ACEITOS COM AS CARACTERÍSTICAS IGUAIS OU SUPERIORES AO DESCRITIVO	14
21	PROJETOR COM DESCRIÇAO MINIMA: 3400 LUMENS, BRANCO, BIVOLT; IMAGENS COLORIDAS 3400 LUMENS EM BRANCO E EM CORES; TECNOLOGIA 3LCD; RESOLUÇÃO NATIVA 1024 X 768 XGA E DESEMPENHO 4:3; RESOLUÇÃO DA TELA 1024 X 768 PIXELS; TIPO DE ZOOM DIGITAL; TAXA DE CONTRASTE 15000:1.; TAMANHO DA PROJEÇÃO DE 22 A 350; LÂMPADAS DURÁVEIS 12.000 HORAS²; CONECTIVIDADE HDMI: ÁUDIO E VÍDEO HD; PORTÁTIL; ALTURA MÍNIMA 3,4 POLEGADAS; LARGURA MÍNMA 11,8 POLEGADAS; CONEXÃO HDMI, USB 2.0; 240 VOLTS; POTÊNCIA EM 345 WATTS; FONTE DE ALIMENTAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA; CONTROLE REMOTO; AJUSTE DE BRILHO, NITIDEZ E COR NA PROJEÇÃO; SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS WINDOWS, MACOS; FORMATOS DE VÍDEO HDTV COMPATÍVEIS HDTV (720P) 1280 × 720, HDTV (1080I) 1920 × 1080, HDTV (1080P) 1920 × 1080.	7

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

22	RELOGIO DE PAREDE DIGITAL COR DO FUNDO: PRETO. RELÓGIO DE PAREDE TIPO LED, IDEAL PARA ACADEMIAS E HOSPITAIS. FUNDO PRETO QUE SE DESTACA EM QUALQUER AMBIENTE. DIÂMETRO MIN DE 36 CM	120
23	Scanner profissional para digitalização de documentos, com alimentador automático de documentos (ADF), digitalização frente e verso em passagem única ou tecnologia equivalente, destinado à digitalização de documentos administrativos, processos, contratos, folhas avulsas e demais documentos utilizados pela Administração Pública. O equipamento deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações: scanner de documentos com alimentador automático de folhas (ADF), com capacidade para digitalização de documentos em frente e verso; Velocidade de digitalização: mínimo de 30 páginas por minuto (ppm) em digitalização simplex e 60 imagens por minuto (ipm) em digitalização duplex, em resolução de 200 ou 300 dpi, nos modos colorido, escala de cinza e monocromático, ou desempenho equivalente ou superior; Método de digitalização: digitalização frente e verso em passagem única ou tecnologia equivalente que permita atingir a velocidade mínima especificada; Resolução óptica: mínima de 600 dpi; Resolução de saída: ajustável, com resolução mínima de 200 a 600 dpi e possibilidade de configuração em diferentes níveis de resolução, admitidas resoluções superiores; Modos de digitalização: colorido, escala de cinza e preto e branco/monocromático; Profundidade de cor: saída colorida de, no mínimo, 24 bits, escala de cinza de 8 bits e modo monocromático de 1 bit, ou formatos equivalentes; Tamanho dos documentos: formato A4 ou carta, com largura máxima de digitalização de pelo menos 216 mm e comprimento de até 355,6 mm; Digitalização de documentos longos: permitir a digitalização de documentos com comprimento superior ao padrão A4; Alimentador automático (ADF): possuir alimentador automático compatível com documentos avulsos, permitindo a digitalização sequencial de múltiplas folhas, com capacidade mínima para 50 folhas de papel comum de 80 g/m²; Detecção de alimentação: possuir recurso de detecção de alimentação dupla, por sensor ultrassônico, sistema equivalente ou tecnologia que permita identificar a alimentação simultânea indevida de mais de uma folha; Tratamento de imagem: dispor de recursos de correção de inclinação, detecção de páginas em branco e ajuste automático da orientação, por meio do equipamento ou do software fornecido; Formato dos arquivos: permitir a geração de arquivos digitais em formatos usuais, incluindo PDF e JPEG, com suporte a PDF pesquisável por reconhecimento óptico de caracteres (OCR), por meio do software fornecido ou compatível; Conectividade: possuir interface USB 2.0 ou superior, admitida conexão equivalente ou adicional que assegure compatibilidade com computadores utilizados pela Administração; Compatibilidade: ser compatível com sistemas operacionais de uso corrente, incluindo Windows 10 ou superior, ou versões suportadas pelo fabricante, com fornecimento dos drivers e softwares necessários à utilização; Alimentação elétrica: compatível com a tensão elétrica disponível	7

RETIFICADO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 000017/2026
Plataforma - https://licitamunes.org.br/
Processo Administrativo nº 001514/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2026.050E0700001.01.0020

	no local de instalação, preferencialmente bivolt automático; Acessórios e software: acompanhar fonte de alimentação, cabos necessários, drivers e software de digitalização, além de recursos de OCR quando previstos na solução fornecida; Condição do equipamento: novo, sem uso anterior, acompanhado de manual de instruções em português ou em formato digital acessível e garantia mínima de 12 meses..	
24	TELA DE PROJEÇAO ESPECIFICAÇOES MINIMAS: TAMANHO DA TELA MIN 92" (POLEGADAS) AREA DE PROJEÇAO MIN 204 X 115 CM FORMATO MIN 16:9 (WIDE SCREEN) VOLTAGEM: 110V GARANTIA: 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	8
25	TV SMART MIN 50 POLEGADAS COM DESCRIÇOES MINIMAS: RESOLUÇAO 4K ULTRA HD (3840X2160) TIPO SMART TAXA DE ATUALIZAÇAO DA TELA MIN 60HZ SISTEMA OPERACIONAL, CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH CONEXOES MIN 3 HDMI 2.0, MIN 1 USB E SAÍDA ÓPTICA DIGITA VOLTAGEM BIVOLT, COM PÉS. PRAZO DE GARANTIA MIN 01 ANO (3 MESES DE GARANTIA LEGAL E MAIS 9 MESES DE GARANTIA ESPECIAL CONCEDIDA PELO FABRICANTE) COM CONTROLE REMOTO BASES E 2 PILHAS AAA, CABO DE ENERGIA (DESTACÁVEL) E MANUAL DO USUÁRIO	50

O presente TERMO DE REFERÊNCIA PRELIMINAR, de 21/10/2026 encontra-se assinado nos autos do Processo Licitatório, com vista disponível aos interessados.